

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 51

Considerando a origem, a natureza jurídica, o objeto e os diferentes critérios adotados para a conceituação do direito administrativo, assinale a opção correta.

- A** No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.
- B** O direito administrativo disciplina direitos consolidados e estáveis.
- C** O objeto do direito administrativo é o estudo da função administrativa.
- D** O direito administrativo é ramo recente do direito e a aplicabilidade da legislação a ele pertinente restringe-se ao Poder Executivo.
- E** As leis e normas do direito administrativo encontram-se consolidadas em código específico.

QUESTÃO 52

As tarefas precípuas da administração pública incluem

- A** a prestação de serviços públicos e a fiscalização contábil.
- B** a realização de atividades de fomento e a prestação de serviços públicos.
- C** a rejeição normativa e a aprovação orçamentária.
- D** o incentivo setorial e a solução de conflitos normativos.
- E** o exercício do poder jurisdicional e do poder de polícia.

QUESTÃO 53

O ato administrativo adequado para se instituir comissão encarregada de elaborar proposta de edital de concurso público para provimento de vagas em cargos públicos é o(a)

- A** alvará.
- B** aviso.
- C** resolução.
- D** portaria.
- E** decreto.

QUESTÃO 54

Assinale a opção correta a respeito da extinção de atos administrativos.

- A** O ato administrativo será anulado caso o administrado deixe de atender condição necessária para permanência de uma vantagem.
- B** O ato de delegação é revogável a qualquer tempo somente por autoridade superior.
- C** O ato passível de revogação por conselheiro do TCE/MG não apresenta vícios.
- D** O ato revocatório assinado por auditor do TCE/MG é primário e vinculado.
- E** O ato anulatório determinado por conselheiro do TCE/MG tem eficácia *ex nunc*.

QUESTÃO 55

Caso deixe de emitir ato obrigatório no prazo fixado em lei, o analista de controle externo

- A** terá o prazo de até noventa dias para se manifestar.
- B** deverá aguardar que seja proferida decisão judicial para que se manifeste.
- C** cometerá abuso de poder pelo descumprimento do poder-dever de agir.
- D** estará necessariamente declarando a aceitação tácita de eventual pedido formulado.
- E** não incidirá em qualquer penalidade, porque o silêncio administrativo não produz efeitos jurídicos.

QUESTÃO 56

O regulamento editado por autoridade competente da administração pública, em atendimento a norma legal, para prover matéria reservada a lei é um regulamento

- A** subordinado.
- B** autônomo.
- C** executivo.
- D** delegado.
- E** independente.

QUESTÃO 57

No exercício da sua função, o analista de controle externo

- A** poderá, motivadamente, invocar a reserva administrativa do possível quando não puder fazer determinado empreendimento.
- B** levará o ato administrativo à anulação caso o tenha realizado com abuso de poder.
- C** terá de restituir diretamente o particular contra o qual tiver cometido ato caracterizado como abuso de poder.
- D** tem a opção de utilizar ou dispensar o poder administrativo para agir.
- E** poderá renunciar, em caso concreto, ao poder-dever de agir na hipótese de omissão específica.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta de acordo com os princípios implícitos ou reconhecidos da administração pública.

- A** Segundo o primado do interesse público, cabe à administração rever os seus erros para restaurar a situação de regularidade.
- B** O princípio da indisponibilidade exige que os serviços públicos não sejam interrompidos.
- C** O princípio da precaução determina a observância da correção administrativa dentro da norma.
- D** Com base no princípio da autotutela, a câmara municipal possui personalidade jurídica.
- E** A segurança jurídica está em conferir certeza e estabilidade na relação da administração pública com os administrados.

QUESTÃO 59

O dever dos tribunais de contas estaduais de analisar a prestação de contas dos agentes do governo abrange apenas

- A** os planos de gestão financeira e os atos de governo.
- B** os atos do governador e os da administração exclusivamente direta.
- C** os atos de administração e os de governo.
- D** os atos de administração e os de gestão financeira.
- E** os planos de governo e os atos da administração exclusivamente indireta.

QUESTÃO 60

Na realização de auditoria em agência executiva estadual, o analista de controle externo deverá ter ciência de que

- A** os bens da agência são passíveis de penhora.
- B** os processos judiciais da agência são de competência da justiça estadual comum, por se tratar de uma autarquia estadual.
- C** lei complementar é o instrumento que autoriza a instituição de entidades dessa natureza.
- D** a agência é uma autarquia estadual dotada de autonomia política e institucional.
- E** a agência é dispensada de adotar processo de licitação para contratação.

QUESTÃO 61

No termo de referência de uma licitação da modalidade pregão eletrônico, o objeto da contratação — serviço de informática — foi devidamente enquadrado como bem comum.

Nessa situação, o tipo de licitação cabível é

- A** melhor técnica.
- B** técnica e preço.
- C** maior lance.
- D** maior oferta.
- E** menor preço.

QUESTÃO 62

A administração pública firmou contrato verbal com empresa privada para realização de pequenas compras de pronto pagamento em regime de adiantamento no valor total de oito mil reais.

Nesse caso, o referido contrato é

- A** revogável.
- B** válido.
- C** nulo.
- D** anulável.
- E** inexistente.

QUESTÃO 63

Caso não compareça interessado em certame licitatório na modalidade tomada de preços, a administração pública poderá firmar contratação direta, desde que motivadamente demonstre o potencial de prejuízo para a realização de nova licitação e desde que sejam mantidas as condições constantes do instrumento convocatório.

Essa situação retrata a licitação

- A** fracassada.
- B** dispensada.
- C** dispensável.
- D** inexigível.
- E** proibida.

QUESTÃO 64

Conforme a classificação das formas de controle administrativo, ao realizar auditoria de despesas efetuadas pelo Poder Executivo durante a execução do orçamento, o tribunal de contas exerce controle

- A** externo e posterior.
- B** interno e prévio.
- C** interno e concomitante.
- D** interno e posterior.
- E** externo e concomitante.

QUESTÃO 65

Durante a execução de um contrato de concessão de serviço público, a concessionária contratada descumpriu cláusulas contratuais concernentes à concessão. Houve a instauração de processo administrativo, tendo sido assegurado o direito à ampla defesa, e ficou comprovada a inadimplência da concessionária.

Após os devidos trâmites legais, o poder público concedente poderá extinguir a concessão por

- A** caducidade.
- B** rescisão.
- C** anulação.
- D** resgate.
- E** encampação.

QUESTÃO 66

Mariana, servidora pública aposentada, reingressou no serviço público após verificação, em processo, de que não subsistiam os motivos determinantes da sua aposentadoria.

Nessa situação, o retorno de Mariana ao trabalho configura

- A** reintegração.
- B** recondução.
- C** readaptação.
- D** reversão.
- E** aproveitamento.

QUESTÃO 67

À luz das regras gerais sobre a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos, julgue os seguintes itens.

- I O servidor público titular de cargo efetivo em determinado estado da Federação e filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente federado, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- II As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos estados para os respectivos regimes próprios de previdência social podem ser inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União.
- III Salvo disposição constitucional em contrário, os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos dos estados não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 68

No que concerne às parcerias público-privadas, julgue os seguintes itens.

- I A Lei Geral de Parceria Público-Privada aplica-se aos órgãos da administração pública direta dos Poderes Executivo e Legislativo, mas não ao Poder Judiciário.
- II A celebração de parceria público-privada é condicionada à realização de licitação obrigatoriamente na modalidade de concorrência pública.
- III É vedada a celebração de parceria público-privada por contrato de valor inferior a vinte milhões de reais.
- IV Na contratação de parceria público-privada, eventuais riscos do negócio deverão ser arcados integralmente pelo parceiro privado.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** III e IV.
- D** I, II e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 69

Os órgãos de controle externo fiscalizarão as empresas públicas e as sociedades de economia mista a elas relacionadas, quanto à legitimidade, à economicidade e à eficácia da aplicação de seus recursos, sob o ponto de vista contábil, financeiro, operacional e patrimonial. Na realização dessa atividade fiscalizatória, os órgãos de controle terão acesso aos documentos e às informações que forem necessárias à realização dos trabalhos.

Conforme a legislação pertinente, o acesso de que trata o texto precedente é

- A** irrestrito, abrangendo até mesmo documentos classificados como ultrassecretos pelo presidente da República.
- B** restrito ao conteúdo do sítio eletrônico da estatal fiscalizada.
- C** restrito aos bancos de dados eletrônicos internos e externos da estatal fiscalizada.
- D** irrestrito, ressalvados documentos e informações classificados como sigilosos.
- E** irrestrito, abrangendo até mesmo documentos e informações classificados como sigilosos pela entidade estatal fiscalizada.

QUESTÃO 70

Visando garantir a cobertura assistencial da população, o Sistema Único de Saúde (SUS) pode lançar mão de serviços de saúde ofertados pela iniciativa privada. Sabendo disso, um secretário de saúde estadual, detentor de cargo comissionado, transferiu recursos públicos a uma entidade privada sem fins lucrativos, para a prestação de serviços na área de saúde, sem prévia celebração de contrato, convênio ou instrumento congênere.

Nessa situação hipotética, o referido secretário de saúde está

- A** sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa, se a conduta tiver sido realizada de forma dolosa, uma vez que atentou contra os princípios da administração pública.
- B** sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa, independentemente de a conduta ter sido dolosa ou culposa, uma vez que praticou ato que causa lesão ao erário.
- C** imune à Lei de Improbidade Administrativa, por ser detentor de cargo em esfera estadual.
- D** imune à Lei de Improbidade Administrativa, por não ser detentor de cargo efetivo.
- E** sujeito a sanção da Lei de Improbidade Administrativa somente se a conduta tiver sido realizada de forma culposa, uma vez que praticou ato que importou em enriquecimento ilícito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 71

Determinado município apresentou, por cinco anos seguidos, graves problemas na sua prestação de contas, em razão de desvios de recursos públicos por parte de seus gestores. Tendo constatado a recorrência desse problema, o servidor do tribunal de contas local responsável pelo controle dessas contas propôs a criação de um tribunal de contas municipal para garantir melhor controle dos gastos do município.

Conforme a Constituição Federal de 1988 (CF), a proposta do servidor do tribunal de contas é

- A** viável somente para as capitais dos estados, porque sua estrutura administrativa, mais complexa, justifica a criação desse órgão de controle.
- B** inconstitucional, pois é vedada expressamente pelo texto da CF.
- C** inconstitucional, uma vez que a CF, quando da sua promulgação, determinou a extinção dos tribunais de contas municipais existentes.
- D** recomendada para municípios com mais de vinte mil habitantes.
- E** recomendada para estados que tenham muitos municípios, para que o controle de contas seja mais eficiente e transparente.

QUESTÃO 72

Com relação aos vencimentos dos servidores públicos, a administração

- A** não deverá observar limite nenhum, por inexistir previsão constitucional nesse sentido.
- B** não deverá observar limite nenhum, cabendo a cada um dos Poderes da União estabelecer o próprio teto de vencimentos.
- C** deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- D** deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- E** deverá respeitar um limite: os vencimentos dos servidores não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

QUESTÃO 73

Rafael, brasileiro, regular em seus direitos políticos, cursa mestrado em determinada universidade federal mineira. Juan, amigo de Rafael, é chileno e cursa mestrado sanduíche nessa mesma instituição de ensino de Minas Gerais. Ambos fazem parte da Associação Amigos da Universidade Pública, que é formada por estudantes universitários e que tem como finalidade a averiguação de irregularidades no uso de recursos públicos da universidade. Em uma dessas ações de controle, Rafael e Juan constataram que um secretário de pós-graduação da referida universidade havia desviado dois milhões de reais destinados ao apoio de eventos internacionais de pesquisa, para reformar o seu apartamento funcional. Por ser ato lesivo ao patrimônio público, a transação irregular feita pelo secretário de pós-graduação poderá ser impugnada por meio de ação popular.

Nessa situação, a legitimidade para propor a ação popular será

- A** de Rafael, apenas.
- B** de Rafael ou da Associação Amigos da Universidade Pública.
- C** da Associação Amigos da Universidade Pública, apenas.
- D** da Associação Amigos da Universidade Pública, de Rafael e de Juan, em litisconsórcio.
- E** de Rafael ou de Juan.

QUESTÃO 74

Ronaldo é vereador e presidente da Câmara de Vereadores da Cidade de Ouro Preto, que tem uma população de 74.036 habitantes, segundo dados do IBGE. Após avaliar as contas públicas da gestão anterior à dele, Ronaldo percebeu que o total de despesas do Poder Legislativo municipal, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com inativos, representava 5% do somatório da receita tributária e das transferências previstas no texto constitucional, efetivamente realizado no exercício anterior. Por entender que existe uma margem para a concessão de aumento dos subsídios dos vereadores, Ronaldo pretende implementar tal aumento, o que ampliaria os gastos de 5% para 6%.

O aumento de gastos pretendido pelo vereador Ronaldo será

- A** inviável, pois o total de despesas do Poder Legislativo municipal está exatamente no limite estabelecido constitucionalmente para uma população do tamanho da de Ouro Preto.
- B** viável, porque foi obedecido o limite de gastos totais do Poder Legislativo municipal exclusivamente previstos na Constituição do Estado de Minas Gerais.
- C** viável, visto que o total de despesas do Poder Legislativo municipal está abaixo do limite estabelecido constitucionalmente para uma população do tamanho da de Ouro Preto.
- D** inviável, uma vez que os gastos totais da despesa do Poder Legislativo municipal ultrapassaram o limite constitucionalmente previsto.
- E** viável, pois o total de despesas do Poder Legislativo municipal está exatamente no limite estabelecido constitucionalmente para uma população do tamanho da de Ouro Preto.

QUESTÃO 75

É competência privativa do Senado Federal

- A** apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- B** eleger membros do Conselho da República.
- C** aprovar o estado de defesa e a intervenção federal.
- D** aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares.
- E** autorizar operações externas de natureza financeira de interesse da União.

QUESTÃO 76

Assinale a opção em que ambos os órgãos apresentados estão sujeitos ao controle externo do Tribunal de Contas da União.

- A** Agência Nacional de Telecomunicações; Defensoria Pública da União
- B** Ordem dos Advogados do Brasil; Agência Nacional de Telecomunicações
- C** Universidade Federal de Minas Gerais; Organização das Nações Unidas
- D** Defensoria Pública da União; Ordem dos Advogados do Brasil
- E** Ministério das Relações Exteriores; Organização das Nações Unidas

QUESTÃO 77

A câmara legislativa de determinado estado aprovou, por maioria simples, projeto de lei que estabelece como competência do tribunal de contas estadual a realização de exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.

Ao apreciar o referido projeto, o governador desse estado deverá

- A** vetar a lei, porque não cabe aos tribunais de contas realizar previamente o exame da validade de contratos administrativos celebrados pelo poder público.
- B** vetar a lei, pois a matéria é reservada a lei federal, não sendo uma atribuição da assembleia legislativa local.
- C** vetar a lei, porque a matéria é reservada a lei complementar, exigindo-se um quórum de aprovação de 2/3 dos deputados estaduais da assembleia legislativa local.
- D** sancionar a lei, pois é uma medida constitucional que está em conformidade com o interesse público, visto que a implementação do controle prévio atende ao princípio da moralidade.
- E** sancionar a lei, caso a Constituição do estado determine que a matéria seja regulamentada por lei estadual.

QUESTÃO 78

Determinada câmara municipal aprovou um projeto de lei que estabelece, além da localização daquele município onde deverá ser instalada uma usina nuclear brasileira, os cuidados a serem tomados com relação aos rejeitos nucleares decorrentes dessa atividade. Na justificativa do projeto de lei, afirmou-se que a competência para regulamentar matéria ambiental é comum e que a medida disposta na lei é importante para a geração de empregos e para a arrecadação de tributos para o município. O projeto de lei foi sancionado pelo prefeito e transformou-se em lei municipal.

Nessa situação, a lei municipal em questão é

- A** constitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear é questão local, de competência municipal, e a competência comum ambiental permite a regulamentação legislativa por todos os entes federativos.
- B** inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear e a definição legislativa da localização da usina são de competência privativa da União.
- C** inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear só pode ser realizada por lei complementar.
- D** inconstitucional, pois a regulamentação sobre energia nuclear só pode ser realizada por lei estadual, a ser editada pela assembleia legislativa local.
- E** constitucional, desde que exista lei federal prévia estabelecendo aquela localidade como endereço de uma das usinas nucleares a serem construídas no Brasil.

QUESTÃO 79

Determinada prefeitura decidiu realizar um concurso público para o provimento de vagas para o cargo de professor da rede municipal de ensino, com a finalidade de atenuar os prejuízos decorrentes da grande rotatividade dos professores municipais. O edital, que foi publicado no Diário Oficial, indicava a validade do certame pelo período de cinco anos.

Nesse caso, o edital do concurso

- A** obedece à CF, porque os princípios da publicidade e da eficiência foram atendidos.
- B** viola a CF, pois o prazo máximo de validade do certame deveria ser de três anos, prorrogável pelo mesmo período.
- C** viola a CF, pois o prazo máximo de validade do concurso deveria ser de dois anos, prorrogável pelo mesmo período.
- D** obedece à CF, pois é de competência municipal a definição dos aspectos de concurso público municipal.
- E** viola a CF, pois o prazo máximo de validade do certame deveria equivaler ao tempo de mandato do prefeito, ou seja, quatro anos.

QUESTÃO 80

A controladoria interna de determinado estado identificou o desvio de cinco milhões de reais e apurou a responsabilidade do secretário de direitos humanos local pelo ilícito. O servidor foi demitido. Além da responsabilidade administrativa, o estado pretende buscar em juízo reparação dos danos causados aos cofres públicos estaduais.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção que indica o órgão de função essencial da justiça que detém a competência para representar judicialmente o estado em juízo.

- A** Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- B** ministério público estadual
- C** defensoria pública estadual
- D** Advocacia-Geral da União
- E** procuradoria do estado

Espaço livre

CONTROLE EXTERNO

QUESTÃO 81

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A** anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- B** anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.
- C** anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- D** anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- E** revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.

QUESTÃO 82

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.
- B** Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- C** Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.
- D** Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.
- E** Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.

QUESTÃO 83

O controle externo da administração pública

- A** pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- B** é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.
- C** avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- D** é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- E** pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.

QUESTÃO 84

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A** elaborar e executar a programação financeira da União.
- B** apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- C** sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- D** exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- E** promover a consolidação das contas nacionais.

QUESTÃO 85

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A** administrativo.
- B** parlamentar.
- C** judicial.
- D** interno.
- E** prévio.

QUESTÃO 86

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A** É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- B** O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- C** A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- D** O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.
- E** A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.

QUESTÃO 87

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A** abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- B** compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- C** é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- D** abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.
- E** compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.

QUESTÃO 88

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A** um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- B** peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- C** emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- D** peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.
- E** um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.

QUESTÃO 89

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A** representação.
- B** fiscalização hierárquica.
- C** pedido de reconsideração.
- D** reclamação.
- E** recurso administrativo.

QUESTÃO 90

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A** à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.
- B** à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- C** à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- D** ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- E** à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.

QUESTÃO 91

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A** à Controladoria-Geral da União (CGU).
- B** ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- C** à Advocacia-Geral da União (AGU).
- D** à Defensoria Pública da União (DPU).
- E** ao Congresso Nacional.

QUESTÃO 92

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A** expressem inexatidão dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.
- B** comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
- C** comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- D** evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- E** venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.

QUESTÃO 93

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 94

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.
- B são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- D são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.

QUESTÃO 95

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- B A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- C O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- D O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.
- E A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.

QUESTÃO 96

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A secretário-geral do TCE/MG.
- B diretor-geral do TCE/MG.
- C corregedor do TCE/MG.
- D plenário do TCE/MG.
- E presidente do TCE/MG.

Espaço livre

QUESTÃO 97

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** juízes de última instância.
- B** procuradores do Ministério Público Federal.
- C** secretários estaduais.
- D** desembargadores.
- E** ministros do STJ.

QUESTÃO 98

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** suspensão dos direitos políticos.
- B** perda dos direitos políticos.
- C** declaração de inelegibilidade.
- D** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- E** perda de bens na quantia do débito.

QUESTÃO 99

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** resolução.
- B** parecer.
- C** acórdão.
- D** provimento.
- E** instrução.

QUESTÃO 100

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.